

21 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

A saúde no tribunal

Estudo da USP mostrou que 92,4% das decisões judiciais envolvendo planos de saúde da cidade de São Paulo favoreceram o paciente. Em 88,1% dos casos, o usuário teve sua demanda atendida na íntegra. As operadoras tiveram sucesso em apenas 7,4% dos processos. No restante, o êxito do querelante foi parcial.

O trabalho avaliou 4.059 decisões de segunda instância proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo acerca de planos coletivos de 2013 a 2014.

Quase a metade dos casos diz respeito a exclusões de cobertura. Para Mário Scheffer, coordenador do estudo, existem lacunas na lei, o que dá ensejo à judicialização.

O paciente entende que tem sempre direito ao melhor tratamento disponível, enquanto as operadoras se fiam na literalidade do contrato e nas listas de procedimentos obrigatórios da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) para negar a cobertura.

Os números mostram que a Justiça tem favorecido os pacientes, ao entender que a relação entre usuários e planos não se rege apenas pelo princípio do "pacta sunt servanda" (acordos devem ser cumpridos): também está sujeita às proteções previstas no Código de Defesa do Consumidor e na jurisprudência das cortes.

Não haveria problema com essa interpretação mais generosa do Judiciário, desde que os usuários não se importassem em pagar o preço. Se mais clientes recebem tratamentos mais caros, ocorre um aumento de custos das operadoras que, mais cedo ou mais tarde, serão repassados a usuários e empresas.

Não surpreende que 34% dos processos contra planos digam respeito a valores de mensalidades, nos quais a Justiça também tem favorecido os usuários.

Ao fim e ao cabo, a realidade se impõe. As mensalidades rotineiramente aumentam num ritmo que supera o da inflação oficial. Em 2015, o encarecimento dos planos de saúde chegou a 12,2%, maior taxa em nove anos e acima dos 10,7% do IPCA, índice de referência para as metas do Banco Central.

Dito isso, vale notar que a judicialização é um custo em princípio evitável. Uma melhor regulação pela agência federal do setor, ao lado de um maior comedimento da Justiça, e a ampliação dos canais de mediação do próprio órgão regulador seriam muito bem-vindas.

Elas poupariam a já salgada inflação médica de custos que em nada se relacionam à saúde, como honorários advocatícios e indenizações por danos morais. No final, recorde-se, quem paga esses extras são os consumidores.

21 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Juiz autoriza que Dilma seja ouvida na Operação Zelotes

Empresário listou presidente e outros 8 políticos como testemunhas em ação sobre compra de medida provisória

Estratégia da defesa é mostrar que envolvidos na aprovação da lei não sabem ou não confirmam crimes

O juiz da 10ª Vara Federal de Brasília Vallisney de Souza Oliveira autorizou na terça (19) que a presidente Dilma Rousseff seja ouvida como testemunha de defesa em um processo que apura a suposta compra de uma medida provisória em 2009.

Também serão intimados outros oito políticos. Entre eles, estão o ex-senador e atual ministro da Educação, Aloizio Mercadante (PT-SP); os senadores José Agripino Maia (DEM-RN), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Walter Pinheiro (PT-BA); e os deputados José Guimarães (PT-CE) e José Carlos Aleluia (DEM-BA). A **Folha** não teve acesso aos nomes de dois dos políticos que serão ouvidos.

O juiz fez a ressalva de que Dilma e os demais políticos podem ser ouvidos por escrito, como previsto no Código de Processo Penal.

Segundo a 10ª Vara, os políticos também poderão declarar por escrito que nada sabem sobre os fatos citados na denúncia do Ministério Público Federal e, assim, ser dispensados de responder a perguntas. Caso queiram dar um depoimento presencial, poderão indicar, em ajuste com o juiz, hora e local.

Os políticos, incluindo a presidente, foram arrolados como testemunhas pela defesa do empresário Eduardo Valadão, ex-sócio do lobista Alexandre Paes dos Santos.

Valadão foi preso em outubro passado e solto dois meses depois, por decisão do ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Nefi Cordeiro.

A defesa de Valadão havia listado 63 pessoas como suas testemunhas de defesa, mas o juiz mandou baixar o número para 11.

Nos autos da Operação Zelotes, não há referência a eventual ligação profissional ou pessoal entre Valadão e os políticos citados.

DEFESA

A intenção da defesa dele seria mostrar que Dilma, como ex-ministra da Casa Civil, e os políticos que participaram da votação, no Congresso Nacional, da MP 471, nada sabem ou não confirmam a versão sobre "compra" das medidas provisórias investigadas na Zelotes.

Os textos de MPs passam pelo crivo da Casa Civil antes de serem assinados pelo presidente da República.

Ao final da investigação, Polícia Federal e Ministério Público disseram haver indícios de corrupção em torno da MP 471, que concedeu benefícios ao setor automotivo.

Dilma foi ministra da Casa Civil entre 2009 e 2010, período em que a medida provisória foi discutida no Executivo e aprovada no Congresso.

Em 2013, a presidente reeditou os efeitos da MP 471, que foi aprovada pelo Congresso no ano seguinte. Essa segunda medida provisória é investigada em outro inquérito da Zelotes, que envolve o filho caçula do ex-presidente Lula.

A denúncia contra Valadão e outras 15 pessoas foi apresentada em novembro passado e acolhida no início de dezembro. O Ministério Público pede a devolução de R\$ 879 milhões aos cofres públicos.

Outros políticos foram arrolados por réus na mesma ação e deverão ser ouvidos, como Lula e o ex-ministro Gilberto Carvalho.

21 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Procuradoria pede demissão de parentes de três senadores

Congressistas se aproveitam de brecha para descumprir decisão do STF sobre nepotismo, afirma procuradora

Dois dos congressistas citados prometem acatar decisão do Ministério Público e da área jurídica da Casa

MARCIO FALCÃO
MARIANA HAUBERT
DE BRASÍLIA

Uma investigação da Procuradoria da República no Distrito Federal aponta que três senadores praticam nepotismo, ou seja, empregam parentes em seus gabinetes.

A Procuradoria enviou, na semana passada, ofício aos senadores Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Telmário Mota (PDT-RR) recomendando a demissão de familiares em cargos no Senado.

A procuradora da República Marcia Zollinge sustenta que os três congressistas se aproveitam de uma brecha para descumprir decisão do STF, de 2008, que impede titulares de cargos públicos de nomearem parentes de até terceiro grau.

Servidor concursado desde 1982, Flávio Romero Cunha Lima é chefe de gabinete de seu primo de quarto grau, o senador Cássio Cunha Lima, que é líder do PSDB na Casa.

Telmar Mota de Oliveira Neto é contratado como motorista e é sobrinho-neto do senador Telmário Mota. Também

servidora comissionada do Senado, Roseanne Flexa Medeiros é prima de quarto grau do senador Flexa Ribeiro.

Sobre o fato de os citados terem parentesco de quarto grau, a procuradora alega que a súmula que proibiu o nepotismo até o terceiro grau "não pretendeu esgotar todas as possibilidades de configuração de nepotismo na administração pública" dada, segundo ela, a impossibilidade de se preverem e de se inserirem na redação do enunciado todas as conexões de parentesco.

OUTRO LADO

A assessoria do senador Telmário Mota disse que a contratação do sobrinho-neto foi submetida a uma análise da consultoria jurídica do Senado. O senador pediu uma nova manifestação à área jurídica da Casa e disse que irá acatar a decisão.

Cássio Cunha Lima afirmou discordar da decisão do Ministério Público, por não ver nenhuma imoralidade, mas disse que irá acatar a decisão. "Eu vou enfrentar isso por quê?", disse. Por ser servidor concursado, Flávio Romero deverá ser deslocado para outro setor.

A reportagem não localizou o senador Flexa Ribeiro, nem sua assessoria.

21 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

A ESCOLHA DE DELCÍDIO

O senador Delcídio do Amaral permanecia até ontem indeciso sobre a possibilidade de aderir à delação premiada. Ele demonstrava a quem o visitou nesta semana que, se tivesse segurança de que poderia ser solto em breve pelo STF (Supremo Tribunal Federal), preferiria ficar de boca calada.

NADA CERTO

Os advogados, no entanto, não têm como dar essa garantia a Delcídio. “A delação premiada seduz justamente pela certeza que o réu tem do que vai acontecer em sua vida”, afirma um dos interlocutores do senador. Já o processo normal não ofereceria “certeza alguma”.

NOVA PROFISSÃO

Pesa contra a delação o fato de que um colaborador da Justiça dificilmente consegue retomar a rotina profissional, nem na esfera pública nem na privada. “A pessoa vira apenas um ex-delator”, afirma o mesmo amigo de Delcídio que já conversou com ele sobre o tema.

LONGO PRAZO

A previsão é de que o STF julgue os próximos recursos que serão apresentados pela defesa do senador em três meses. Ele mostra exaustão e, segundo amigos, talvez não suporte ficar por mais todo esse período preso, em especial por causa da família.

GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA

BIA MORAES / INTERINA

21 JAN 2016

A noite da democracia

Prestigiada por autoridades e grandes nomes da advocacia e do Judiciário, a posse do presidente da OAB-PR, José Augusto Araújo de Noronha, e diretoria, na noite de terça-feira, praticamente lotou o grande auditório do Teatro Positivo e o salão do Expo Unimed, onde foi realizado o coquetel. O governador Beto Richa, o prefeito Gustavo Fruet, o ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Edson Fachin, o presidente do Tribunal de Justiça, Paulo Roberto Vasconcelos, o reitor da UFPR, Zaki Akel, e o vice-presidente da OAB nacional, Claudio Lamachia, compunham a mesa da solenidade.

Emoção de pai

Um momento de especial emoção foi quando a filha mais nova de Noronha, Beatriz, invadiu o palco e abraçou o pai durante a cerimônia. Logo depois de encerrada a solenidade, as duas meninas – que o novo presidente da OAB-PR tinha citado em seu discurso dizendo que “Gabriela e Beatriz são a minha melhor parte” – correram ao palco para beijar o pai.

Corrupção em pauta

Em todos os discursos proferidos, a situação política e econômica atual do Brasil foi citada. A democracia, o respeito à Constituição e às instituições, bem como o importante papel dos advogados e especialmente da OAB neste momento, também foram exaltados. Todos usaram, mais de uma vez, a palavra “corrupção”.



Com exceção de Luiz Fachin. O ministro do STF fez um discurso elegante, conciso e certo.

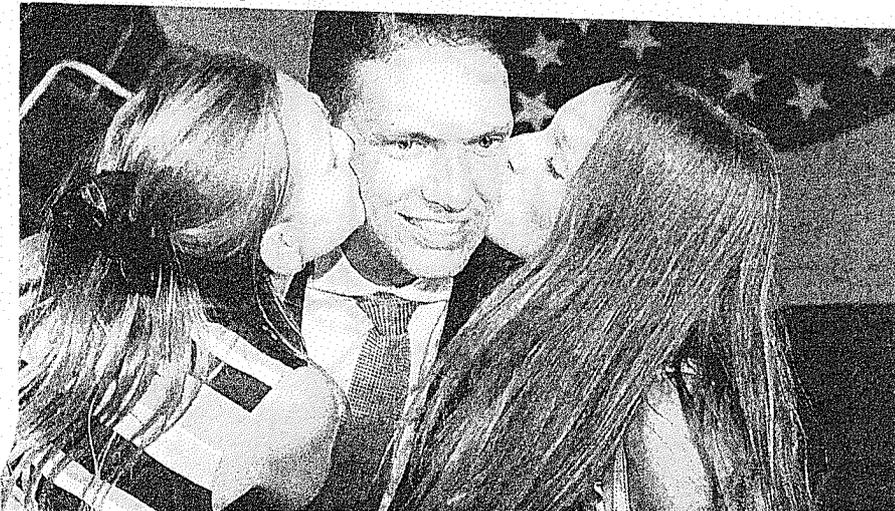
Aula de democracia 1

Citando razões “pessoais e institucionais” para estar presente à solenidade – sua filha Melina Fachin foi empossada como conselheira da Ordem no Paraná –, Fachin qualificou o cenário atual como “alta voltagem política” e alertou que, na democracia, opiniões contrárias devem conviver. Lembrou da união dos paranaenses em torno de seu nome para o STF, dizendo que o Paraná se equilibra entre a timidez e o orgulho de sua gente.

Aula de democracia 2

Voltando-se diretamente para Noronha, Fachin aconselhou “prudência e firmeza” na condução da OAB-PR. “Prudência para ter a compreensão dos dissensos e firmeza para não haver crise de decidibilidade. E que possamos nos orgulhar do nosso Brasil”, completou o ministro paranaense do STF.

CONTINUA



Na solenidade de posse, terça-feira, o novo presidente da OAB-PR, José Augusto Araújo de Noronha, é cumprimentado no palco pelas filhas Beatriz e Gabriela.

21 JAN 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

REINALDO BESSA

BIA MORAES / INTERINA

Bebel Ritzmann



O Presidente do TJ, Paulo Vasconcelos, a desembargadora Rosana Fachin, o prefeito Gustavo Fruet e o presidente da OAB-PR, José Augusto Araújo de Noronha, nos bastidores da solenidade.

Ricardo Almeida



Papo cordial entre o ministro do STF Luiz Fachin, o governador Beto Richa e o presidente anterior da OAB-PR, Juliano Breda, antes da cerimônia de posse da nova diretoria da entidade.

21 JAN 2016

GAZETA DO POVO

Caso Renata Muggiatti: namorado vira réu no processo por morte da fisculturista

● O médico Raphael Suss Marques, que era investigado pela morte de sua namorada, a fisiculturista Renata Muggiatti, passou a ser réu no processo. A juíza Marcia Margarete do Rocio Borges recebeu denúncia feita pelo Ministério Público do Paraná. O médico agora responde pelos crimes de lesão corporal, fraude processual e feminicídio. No mesmo despacho, a magistrada decretou a prisão preventiva do médico, cumprida na sexta (15). A medida foi embasada pelo fato de que uma das testemunhas estaria intimidada pelo comportamento agressivo do investigado. O advogado de Marques, Edson Vieira Abdala, afirmou que a defesa ainda não recebeu nenhuma intimação por parte da Justiça.

21 JAN 2016

GAZETA DO POVO

Carolina Pompeo e
Diego Antonelli

● CASO CARLI FILHO

Henry Milleo/Gazeta do Povo



Yared espera que imagem de multa dê fôlego às investigações

● A deputada federal **Christiane Yared (PTN, foto)** disse, em coletiva concedida na quarta-feira (20), esperar que a imagem de uma multa de infração de trânsito ocorrida quatro minutos antes e a poucos metros do local do acidente que envolveu o ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho e matou seu filho e um outro jovem traga novo fôlego à investigação feita pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), que corre paralelamente ao processo criminal contra Carli Filho.

A imagem divulgada pela família Yared mostra uma multa registrada por um radar localizado na altura do número 940 da Rua Ivo Zanlorenzi, cerca de 600 metros depois do local da colisão, à 0h50 de 7 de maio de 2009. Para Christiane, a imagem comprovaria que os radares do local estariam funcionando — o que colocaria em xeque o “apagão” nos aparelhos da via, como divulgado após o acidente.

A princípio, a nova informação não contradiz a versão apresentada na época pela Consilux, empresa operadora dos radares, de que os aparelhos estariam funcionando intermitentemente naquele dia e, por isso, registraram a passagem de alguns veículos e de outros, não. Procurada, a Consilux informou que não possui mais registros sobre os radares em operação na época.

21 JAN 2016

GAZETA DO POVO

● OPERAÇÃO ZELOTES

Juiz autoriza que Dilma seja ouvida sobre compra de MPs

BRASÍLIA
Agência O Globo

● O juiz da 10.^a Vara Federal de Brasília, Vallisney de Souza Oliveira, autorizou na quarta-feira (20) que a presidente Dilma Rousseff seja ouvida como testemunha de defesa em um dos processos da Operação Zelotes, que investiga compra de medidas provisórias (MPs) para beneficiar o setor automotivo.

Dilma e vários outros políticos foram arrolados como testemunhas do caso que envolve Eduardo Gonçalves Valadão. Será expedido um ofício-consulta à presidente para que ela comunique se quer ser ouvida por escrito, uma prerrogativa que tem em função do cargo, ou se prefere agendar data para uma audiência.

Valadão, que chegou a ser preso em outubro, foi sócio do lobista Alexandre Paes dos Santos, que teria atuado no esquema de compra de MPs.

21 JAN 2016

GAZETA DO POVO

Comunicação e área externa da Petrobras viram foco da Lava Jato

Os dois setores são consideradas os principais alvos da operação, que agora retoma o ritmo normal após o fim das férias do juiz Sergio Moro

| *Kelli Kadanus, com agências*

Com o fim das férias do juiz Sergio Moro e a retomada das audiências na Justiça Federal de Curitiba, a Operação Lava Jato retomou na quarta-feira (20) o ritmo normal de trabalho. E a investigação ainda está longe de chegar ao fim, de acordo com integrantes da força-tarefa formada pela Polícia Federal (PF) e pelo Ministério Público Federal (MPF). O foco continuará sendo a Petrobras, já que uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) fatiou em 2015 as investigações que não envolvem a estatal.

A área de comunicação da Petrobras deve ser uma das novidades na investigação. Segundo auditorias internas realizadas pela própria esta-

tal, esse setor teve casos de irregularidades envolvendo servidores.

Também está prevista para este ano a denúncia do Ministério Público Federal (MPF) do crime de cartel cometido por diversas empreiteiras em obras da Petrobras. Até agora, o cartel não foi alvo de uma ação específica.

A grande aposta dos investigadores, porém, ao menos por enquanto é a Diretoria Internacional da estatal. Os depoimentos de colaboração premiada do ex-diretor da área Nestor Cerveró devem contribuir para que a força-tarefa chegue a mais contratos irregulares na diretoria.

A expectativa é de que Cerveró também esclareça a polêmica compra da Refinaria de Pasadena, nos EUA, que trouxe prejuízo à Petrobras. Os depoimentos do lobista Fernando "Baiano" Soares também devem contribuir nesse ponto das investigações.

As investigações da Lava Jato também devem avançar para outros órgãos, tais como a Caixa Econômica Federal, Ministério da Saúde e Ministério do Planejamento, BNDES e os fundos de pensão.

Defesa vai pedir nulidade de áudio contra Delcídio Amaral

O advogado do senador Delcídio Amaral (PT), preso no ano passado pela Lava Jato, disse na quarta-feira (20) que vai pedir a nulidade da gravação que foi utilizada como prova para pedir a prisão do parlamentar. Antonio Figueiredo Basto disse que vai apresentar a defesa no caso até a próxima sexta-feira (22).

"A questão tida é como se formou aquela prova, como se obteve aquela prova em relação ao senador. Na minha opinião ele foi iludido, foi enganado por uma pessoa que ele confiava, que o atraiu para uma arapuca", disse Basto.

A gravação que embasou a prisão mostra uma conversa entre o senador, o advogado de Nestor Cerveró, Edson Ribeiro, que também foi preso, e o filho do ex-diretor da Petrobras, Bernardo Cerveró. A suspeita de Basto é de que Bernardo teria sido orientado pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal a gravar a conversa, o que é ilegal. A gravação precisaria ser autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), já que Delcídio possui prerrogativa de foro. "Ele [Delcídio] tem a convicção de que aquilo foi uma armação, ele foi lá exclusivamente para atender o pedido de um garoto que ele viu crescer", disse Basto.

O advogado do senador voltou a dizer que um acordo de colaboração premiada não está nos planos de Delcídio.

CONTINUA

21 JAN 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

APÓS MANIFESTO, TRANQUILIDADE

A pouco dias do fim das férias do juiz Sergio Moro, um grupo de advogados – muito deles defensores de acusados pela Lava Jato – assinou um manifesto contra a operação, considerando que os suspeitos estão tendo seus direitos desrespeitados. Nas primeiras audiências da quarta (20) na Justiça Federal, porém, a tensão ficou do lado de fora. O advogado Antonio Figueiredo Basto, que não assinou o manifesto e defende alguns acusados, disse que o clima estava tranquilo entre os defensores e Moro.

“Já ouvi que delação premiada tem que ter o nome do Lula, senão não adianta!”



Lula, ex-presidente, criticando as delações premiadas da Lava Jato.

PROPINA DESDE A GESTÃO FHC

Durante o interrogatório realizado na Justiça Federal, na quarta-feira (20), o ex-gerente da Petrobras Pedro Barusco confirmou ao juiz Sergio Moro que recebeu propina desde 1997, durante o governo do ex-presidente FHC. Segundo o advogado de Barusco, Antônio Figueiredo Basto, seu cliente ainda confirmou que houve pagamento de propina para o PT e que o ex-tesoureiro do partido João Vaccari Neto está envolvido. Barusco, porém, isentou o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu de participação no esquema.

Julgamentos de empreiteiros e ex-deputado serão concluídos em breve

● O juiz Sergio Moro voltou ao trabalho com uma agenda intensa. Além de ouvir até 29 de janeiro os depoimentos de 15 réus da Operação Pixuleco, 17ª fase da Lava Jato, deve decidir nos próximos dias se aceita ou não a nova denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal (MPF) nesta semana contra o ex-diretor da Petrobras Renato Duque. Além disso, entram na fase de alegações finais os processos

dos executivos das empreiteiras Andrade Gutierrez e Odebrecht, além da ação contra ex-diretor da Petrobras Jorge Zelada. Após isso, Moro já pode proferir a sentença. Pelo menos outros quatro processos aguardam a sentença de Moro, que pode sair antes do carnaval. Entre eles estão o do núcleo de lavagem de dinheiro comandado pelo doleiro Carlos Habib Chater e dois referentes ao núcleo comandado pelo doleiro Raul Srouf. O processo contra o ex-deputado André Vargas, em que o ex-parlamentar é acusado de lavagem de dinheiro, também aguarda sentença do juiz.

21 JAN 2016

TRIÊNIO 2016/2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

OAB Paraná empossa nova diretoria

Evento ocorreu em cerimônia realizada no Teatro Positivo, com presença de aproximadamente 1.500 pessoas



O novo presidente da OAB Paraná assinando termo de posse

Por Luiz Augusto Juk

A nova diretoria da OAB Paraná tomou posse na terça-feira (19), em cerimônia realizada no Teatro Positivo, com presença de aproximadamente 1.500 pessoas. Estiveram presentes ao evento diversas autoridades, como o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Edson Fachin, o futuro presidente do Conselho Federal da OAB, Claudio Lamachia, o governador Beto Richa e o prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet. O advogado José Augusto Araújo de Noronha assume a presidência da instituição para o triênio 2016/2018, no lugar de Juliano Breda.

Na mesma oportunidade foram empossados os diretores

Airton Martins Molina (vice-presidente), Marilena Indira Winter (secretária-geral), Alexandre Hellender de Quadros (secretário-geral adjunto) e Fabiano Augusto Piazza Baracat (tesoureiro), além dos conselheiros estaduais, presidentes das 47 subseções da Ordem no estado e diretores da Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná (CAA/PR).

A CAA/PR tem como presidente o advogado Artur Humberto Piancastelli. Também compõem a diretoria a advogada Daniela Ballão Ernlund (vice-presidente), Marcia Helena Bader Maluf Heisler (secretária-geral), Paulo Giovanni Fornazari (secretário-geral adjunto), Alessandro Panasolo (tesoureiro), e os diretores Julia Gladis Lacerda Arruda, Iolanda Maria Gomes, José Carlos Dias

Neto, Fernando Estevão Deneka e Luciana Carneiro de Lara.

GRANDES TORMENTAS

O novo presidente da OAB-PR, advogado José Augusto Araújo de Noronha disse que “o momento que vivemos é de grandes tormentas. Não desconheço o tamanho das lutas, das responsabilidades, do trabalho e da dedicação que serão necessários nos próximos três anos, mas também conheço o tamanho da confiança depositada em todos nós”.

CONTINUA

21 JAN 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONTINUAÇÃO

Mais adiante disse “recebemos o pedido para que a OAB continue protagonista, exercendo um papel de destaque neste momento grave de crise política, para que o nosso país encontre o caminho democrático e saia dessa lassidão em que se encontra”, afirmou Noronha.

Também salientou o novo presidente da OAB-PR que “estamos sendo convocados a exigir um novo modelo de Estado, livre da corrupção, um processo eleitoral livre do caixa 2, um modelo eleitoral sem manipulação e pessoas com competência para gerir os nossos destinos. A sociedade paranaense pode esperar uma OAB cada vez mais vigilante e combativa na defesa do interesse público”.

Em outro trecho do discurso destacou o papel da Ordem na defesa das prerrogativas e na valorização dos advogados. E salientou: “Não compactuaremos com qualquer tentativa de supressão do Estado de Direito. Todos têm direito à ampla defesa e ao devido processo legal, premissa básica pela qual a OAB sempre lutará. As prerrogativas profissionais serão sempre prioridade na atuação da OAB”.

Já o ex-presidente da Seccional, agora conselheiro federal, Juliano Breda, destacou as ações e conquistas da advocacia nos últimos três anos. “A Ordem não atua pautada por interesses políticos, pessoais ou econômicos.

No Paraná, na missão de defender a democracia e a ordem constitucional, agimos com inegável independência e muitas vezes discordamos. Mas as críticas republicanas foram compreendidas e em nenhum momento perdemos a capacidade de diálogo. Espero ter honrado os mais de 50 mil advogados nos últimos três anos”, salientou Juliano Breda.

O vice-presidente do Conselho Federal da OAB, Claudio Lamachia, abriu a sessão em nome do presidente Marcus Vinicius Furtado Coelho. Ele destacou a responsabilidade da entidade nos próximos três anos. “Noronha é um homem de Ordem, alguém que conhece a instituição. Tenho a convicção de que Noronha em muito nos auxiliará nos próximos três anos”, afirmou Lamachia.

“A OAB é mais do que uma instituição de classe. A Ordem tem um compromisso com a fiscalização do exercício profissional dos advogados, com a defesa intransigente das prerrogativas da nossa profissão, mas ela também tem compromissos institucionais com a defesa da democracia, das instituições, dos direitos humanos, de uma maior justiça social. A OAB tem uma história que se confunde com a própria história da democracia brasileira. Por isso, em momentos de crise, a nossa instituição é tão demandada. Vivemos uma crise ética e a sociedade busca cada vez mais a presença da instituição, a força da OAB, notadamente pela sua história, pelo seu passado, pelo seu presente e seguramente pelo seu futuro”, frisou Lamachia.

CONTINUA

FACHIN PEDE PRUDÊNCIA E FIRMEZA



Luiz Edson Fachin, ministro do Supremo Tribunal Federal

Ao falar na solenidade, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Edson Fachin, aconselhou o novo presidente da Seccional a buscar sempre prudência e firmeza. "A prudência para compreender que a democracia exige compreensão do dissenso, da diversidade. Feliz a sociedade que sem embargos das divergências procura caminhos em conjunto e que compreende o dissenso para recorrer à força do argumento. E firmeza para que não se tenha crise de decidibilidade, para que continuemos neste caminho que a história do Brasil cada vez mais reclama, um choque de República para que possamos nos orgulhar cada vez mais do país que temos e que há muito estamos tentando construir. Firmeza para honrar a advocacia do Paraná e do Brasil", afirmou.

"Se me fosse dado o nascer de novo, nasceria advogado. E é nesta medida que vejo que procurar o diamante na mina do carvão, transformar a pedra bruta em uma tese que venha a ser lapidada com solidez, como racionalidade sistemática, é uma das tarefas mais desafiantes que une não apenas experiência, mas também conhecimento. E é por isso que ao lado das razões pessoais, razões institucionais nos unem aqui esta noite. Que coloca num patamar diferenciado o papel de advogados e advogadas do Brasil", ressaltou o ministro do STF.

● PRESENTES AO EVENTO

A solenidade de posse da nova diretoria da Seccional, composta pelos diretores Ailton Martins Molina (vice-presidente), Marilena Indra Winter (secretária-geral), Alexandre Hellender de Quadros (secretário-geral adjunto) e Fabiano Augusto Piazza Baracat (tesoureiro), contou com a presença de presidentes de diferentes Seccionais do Brasil e também de presidentes de Caixa de Assistência dos Advogados (CAA). Participaram da cerimônia os presidentes da OAB São Paulo, Marcos da Costa; OAB Santa Catarina, Paulo Marcondes Brincas; OAB Bahia, Luiz Viana Queiroz; OAB Paraíba, Paulo Antonio Maia e Silva; OAB Pernambuco, Ronnie Preuss Duarte.

Ainda estiveram presentes os presidentes da CAA do Rio de Janeiro, Marcello Augusto Lima de Oliveira; do Rio Grande do Sul, Rosane Marques Ramos; da CAA do Distrito Federal, Ricardo Alexandre Rodrigues Peres; de Minas Gerais, Sérgio Murilo Diniz Braga; do Amazonas, Aldelize Magalhães Alfieri; da CAA Roraima, Ronaldo Rossi Ferreira; de Alagoas, Nivaldo Barbosa da Silva Junior; do Espírito Santo, Carlos Augusto Alledí de Carvalho; da Paraíba, Carlos Fabio Ismael dos Santos Lima; o vice-presidente da CAA São Paulo, Amor Gomes da Silva Junior; o ex-presidente da coordenação nacional das CAA, Arnaldo Guimarães e os conselheiros federais da OAB, Felipe Sarmiento Cordeiro, do Rio de Janeiro, e Carlos José da Silva de São Paulo, além de advogados, juristas e ex-diretores da OAB Paraná.

21 JAN 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

MÉDICO VIRA RÉU

Namorado da
fisculturista
Renata Muggiatti
se torna réu no
processo sobre
a morte dela

O médico Raphael Suss Marques, que era investigado pela morte de sua namorada, a fisiculturista Renata Muggiatti, passou a ser réu no processo. A juíza Marcia Margarete do Rocio Borges, do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher, recebeu denúncia feita pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR) contra Marques. O médico agora responde pelos crimes de lesão corporal, fraude processual e feminicídio, uma modalidade de homicídio qualificado.

A denúncia foi oferecida pelo Ministério Público do Paraná (MPPR) na quarta-feira da semana passada e preenche os requisitos legais exigidos. No mesmo despacho, a magistrada decretou a prisão prèventiva do médico, cumprida na última sexta-feira. A medida foi embasada pelo fato de que uma das testemunhas estaria intimidada pelo comportamento agressivo do investigado. Pelo crime de feminicídio, se condenado, o médico poderá ficar preso por até 30 anos.

A informação não havia sido divulgada até então porque o processo corria sob segredo de justiça. O sigilo, porém, foi quebrado, de acordo com a assessoria de imprensa do Ministério Público.

O advogado de Marques, Edson Vieira Abdala, afirmou à Gazeta do Povo, ontem à tarde, que a defesa ainda não recebeu nenhuma intimação por parte da Justiça. A citação do acusado pode ser feita num prazo de dez dias.

O CASO

Renata morreu no dia 12 de setembro do ano passado. Ela caiu da janela do apartamento onde morava no Centro. Na época, segundo a Polícia Civil, havia relatos de que o relacionamento dos dois era conturbado. Suss chegou a ser preso após um exame complementar apontar alguns indícios de asfixia. Em seguida, foi solto pela Justiça. A exumação contrariou a necropsia, colocando dúvida sobre o primeiro exame feito por um médico-legista IML. O instituto chegou a abrir uma apuração para investigar a conduta do médico que conduziu o primeiro exame. A polícia manteve a acusação de homicídio qualificado contra o médico Raphael

21 JAN 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

TRIBUNA DO PARANÁ

DILMA DEPÕE

O juiz Vallisney de Souza Oliveira, da 10.^a Vara da Justiça Federal em Brasília, autorizou nesta ontem que a presidente Dilma Rousseff seja ouvida como testemunha de defesa de um dos acusados de 'comprar' medidas provisórias no governo federal, caso investigado na Operação Zelotes. Pela decisão, a presidente terá de responder por escrito perguntas sobre o suposto esquema, formuladas pela defesa do advogado Eduardo Gonçalves Valadão, réu que a arrolou. Dilma terá que dar explicações sobre sua participação no processo para editar e aprovar as medidas provisórias, que concederam incentivos fiscais a montadoras de veículos. Conforme denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF), lobistas contratados pelas empresas pagaram propina a servidores públicos e autoridades para viabilizar os benefícios. Além de Dilma, vários outros políticos terão que depor na ação penal em curso, a partir de amanhã. A oitiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que será presencial, em Brasília, está marcada para a segunda-feira, 25, o que ainda depende da confirmação de sua intimação.

Juiz autoriza depoimento de Dilma

A presidente Dilma Rousseff (foto) deverá ser ouvida como testemunha de defesa de um dos acusados no suposto envolvimento de compra de duas medidas provisórias (MPs) no governo. A assessoria de imprensa da Justiça Federal do Distrito Federal confirmou que o juiz Vallisney de Souza Oliveira, da 10.^a Vara da Justiça Federal em Brasília, autorizou o pedido para que a presidente seja ouvida.

De acordo a assessoria de imprensa da Justiça Federal do DF, será expedido um ofício de consulta à presidente para saber como ela vai querer responder as perguntas, se por escrito ou de forma presencial. ■



21 JAN 2016

BEMPARANÁ

Caso Muggiatti —

Ex é denunciado na Justiça

O ex-namorado da fisiculturista Renata Muggiatti, que morreu em setembro de 2015, foi denunciado nesta semana na Justiça e agora responde como réu no processo. O Ministério Público o acusa pelos crimes de lesão corporal, homicídio qualificado e fraude processual. Ele, no entanto, já alegou reiteradas vezes ser inocente. A informação foi veiculada na noite de ontem por um telejornal local.

Segundo a reportagem, os promotores reiteram que o médico asfixiou Renata e depois jogou o corpo pela janela do edifício em que estavam, simulando um suicídio. A defesa disse que ainda não foi intimada da decisão.

JORNAL DO ÔNIBUS

MP pede indiciamento de ex-namorado de fisiculturista

A Justiça recebeu denúncia contra o médico Raphael Marques, que passa a ser réu em processo sobre a morte da modelo e fisiculturista Renata Muggiatti, com quem namorava. Ele responde pelos crimes de lesão corporal, homicídio qualificado e fraude processual e deve apresentar resposta à acusação.

Renata Muggiatti tinha 32 anos e morreu as-

fixiada antes de ser atirada do alto de um prédio no Centro de Curitiba, em setembro de 2015, de acordo com a denúncia. Ele está preso preventivamente, isto é, por tempo indeterminado, desde o dia 15 de janeiro. Dentre as qualificadas do homicídio, o MP apontou motivo torpe, meio cruel, impossibilidade de defesa da vítima e feminicídio. ■

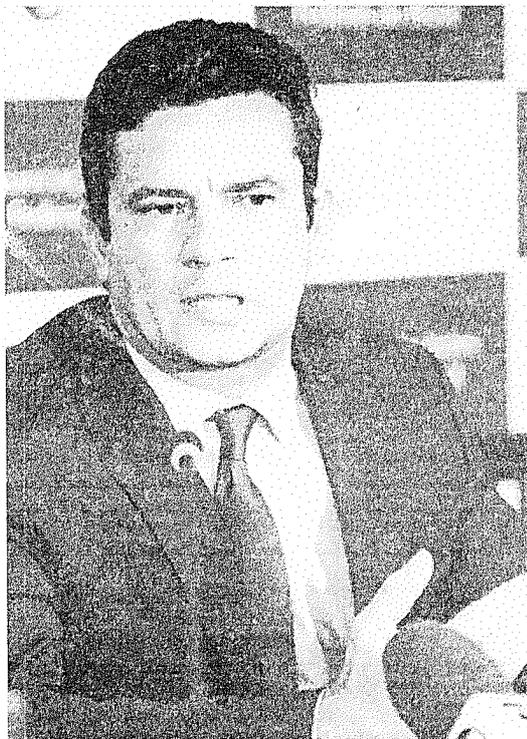
21 JAN 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Moro reage à manifestação de advogados

 Apenas quatro dias depois que mais de uma centena de advogados penalistas e constitucionalistas publicaram manifesto contra a Operação Lava Jato – com pesadas críticas à investigação que desmontou esquema de corrupção e propinas na Petrobrás, o juiz federal Sérgio Moro afirmou nos autos em que são réus executivos da Odebrecht, que ‘a defesa, enquanto busca retardar o julgamento com novos e intempestivos requerimentos probatórios, reclama nas instâncias superiores pela revogação da prisão preventiva alegando excesso de prazo’.

“O processo é uma marcha para frente. Não se retornam às fases já superadas”, adverte o juiz que conduz a Lava Jato na primeira instância. ■



■ Moro defendeu o encaminhamento da Lava Jato

21 JAN 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Entidades vão ao STF contra nova partilha do ICMS

O diretor-presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Guilherme Afif Domingos, afirmou nesta quarta-feira (20) que a Confederação Nacional do Comércio (CNC) ingressará com um pedido de liminar no Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender a aplicação da regra de partilha do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) entre os estados, em vigor desde o começo do ano, para as empresas inscritas no Simples Nacional, ou seja, com faturamento de até R\$ 3,6 milhões por ano.

Segundo Afif Domingos, o pedido de liminar com efeito sus-

pensivo da CNC será subscrito por outras dez entidades. São elas: Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis (Fenacon), Associação Brasileira de Automação Comercial (Afrac), Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (ABComm), Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico (Camara-e.net) e Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis (Sescon-SP). ■

21 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

Caso Carli: Gaeco não vai investigar multa

Adriana De Cunto

Reportagem Local

Curitiba - O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), órgão ligado ao Ministério Público (MP), descartou investigar a imagem de uma multa de trânsito de 2009 ocorrida quatro minutos antes e a poucos metros do local do acidente que matou Gilmar de Souza Yared, de 26 anos, e Carlos Murilo de Almeida, de 20, em Curitiba. Os dois jovens ocupavam um Honda Fit que foi atingido pelo Volkswagen Passat importado conduzido pelo ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho.

O pai de uma das vítimas, Gilmar Yared, se reuniu ontem à tarde com o coordenador do Gaeco, Leonir Batisti, e levou a imagem da multa. A família Yared recebeu a cópia desse delito de trânsito na última segunda-feira e Gilmar divulgou a notícia no dia seguinte, em seu perfil, no Facebook. Para a família, a imagem seria prova de que os radares da Rua Monseñor Ivo Zanlorenzi estariam funcionando normalmente no dia do acidente. A colisão entre os dois veículos aconteceu na esquina da Ivo Zanlorenzi com a Rua Paulo Gorski, no bairro Mossunguê. Exatamente nessa esquina não há radares. O ra-

dar localizado 600 metros antes não captou imagem do Passat do ex-parlamentar. Segundo informações da Consilux, empresa que administra os radares, esse equipamento estava com defeito e deixou de captar imagens dos automóveis que passaram em uma das três faixas da Ivo Zanlorenzi.

Em nota, a Prefeitura de Curitiba confirmou que, com base nos dados repassados pela Consilux, o município emitiu um auto de infração na Rua Ivo Zanlorenzi, à 0h50 do dia 7 de maio de 2009, para um automóvel VW Gol 1.0 - como é descrito na imagem recebida por Gilmar. Mas a prefeitura reforçou que o radar que registrou a infração estava localizado após o local do acidente.

Para o coordenador do Gaeco, a multa que chegou às mãos dele ontem não interfere nas investigações. Carli Filho é acusado de duplo homicídio com dolo eventual, porque estaria embriagado e dirigindo em alta velocidade. O júri popular de Ribas Carli, que estava marcado para começar hoje, foi suspenso na semana passada por decisão do Supremo Tribunal Federal, até que um recurso pendente seja julgado. A FOLHA não conseguiu, ontem, contato telefônico com Gilmar Yared.

21 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA MAZZA

A multa

Apareceu agora nada mais nada menos do que uma multa captada pelo radar quatro minutos antes da colisão do carro do ex-deputado Ribas Carli com o conduzido pelos dois jovens. Com medo de sofrer constrangimentos, só agora o motorista multado botou a boca no trombone ao perceber, é claro, a mobilização para blindar o autor do crime. A multa foi enviada para o Gaeco, que afinal não estava operando no caso, já que isso se achava sob cuidados da polícia judiciária e setores próprios do Ministério Público.

O fato é que há agora o argumento de que o radar que captou esse "frame" fica situado num ponto após o local do sinistro. Mesmo assim suscita aquela dúvida que já alimenta a ficção urbana de que haveria outra pessoa relevante, social e politicamente, que participaria do "pega". Como ficou visível a intenção de proteger o parlamentar desde os primeiros momentos há uma tendência natural à visão conspiratória por culpa justamente da imagem nada favorável do poder.

Folclore

O medo é uma das armas do fascismo, a intimidação com fundamento subliminar para que as pessoas caem. Foi uma espécie de mecanismo psicológico desse porte que levou um cidadão ao temor de revelar que fora multado pelos radares quatro minutos antes da tragédia dos rapazes mortos, há mais de seis anos, pelo então deputado Ribas Carli. Questão do poder desequilibrada, tanto quando deixa de reagir à multa injusta como diante da justa que pode complicá-lo. Estamos ainda nas dores do parto da República e da democracia.

21 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Dilma testemunha na Zelotes

O juiz da 10ª Vara Federal de Brasília, Vallisney de Souza Oliveira, autorizou ontem que a presidente Dilma Rousseff seja ouvida como testemunha de defesa em um processo que apura suposta compra de medida provisória que beneficiou o setor automotivo, conforme apontado em inquérito da Operação Zelotes. Também serão intimados outros oito políticos, como o ex-senador e atual ministro da Educação, Aloizio Mercadante (PT-SP), os senadores José Agripino Maia (DEM-RN), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Walter Pinheiro (PT-BA) e os deputados José Guimarães (PT-CE) e José Carlos Aleluia (DEM-BA).

Por escrito

O juiz fez a ressalva de que Dilma e os outros políticos possam ser ouvidos por escrito, como previsto no artigo 221 do Código de Processo Penal. Segundo a 10ª Vara, os políticos também poderão declarar por escrito que nada sabem sobre os fatos citados na denúncia do Ministério Público Federal e, assim, poderão ser dispensados de responder a perguntas. Caso queiram dar um depoimento presencial, poderão indicar, em prévio ajuste com o juiz, hora e local. Os políticos, incluindo a presidente, foram arrolados como testemunha pela defesa do empresário Eduardo Valadão, ex-sócio do lobista Alexandre Paes dos Santos. Valadão foi preso em outubro passado e solto dois meses depois, por decisão, em habeas corpus, do ministro do Superior Tribunal de Justiça) Nefi Cordeiro.

MILITÃO

●● Os advogados voltaram oficialmente às atividades ontem, iniciando o ano de 2016. Os prazos haviam sido suspensos dia 20 de dezembro e estão de volta desde ontem, com os prazos passando a ser novamente contados.

21 JAN 2016

REVISTA **DIFFERENCE**

PRINCIPES JAPONESES VISITAM O PARANÁ



O governador Beto Richa e sua esposa Fernanda, foram anfitriões durante movimentado jantar nos salões do Palácio Iguazu, sede do governo do Estado, em homenagem aos príncipes Akishino do Japão, que estiveram no Paraná, para as comemorações dos 120 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão.

Na foto: o Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Paulo Roberto Vasconcellos e Sra, os príncipes Akishino, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, deputado Ademar Traiano e o casal anfitrião, Fernanda e Beto Richa.

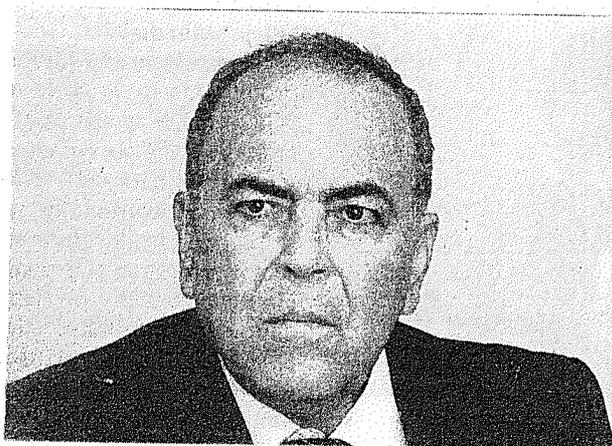
Créditos: Ruy Barrozo

21 JAN 2016

BEMPARANÁ

Prefeitura confirma autenticidade de multa

Advogado da família Yared diz que documento não interfere em julgamento de Carli Filho por júri



Ivan Santos **Mattar Assad: multa pode ir para outro inquérito**

A prefeitura de Curitiba confirmou ontem a autenticidade da multa registrada 4 minutos antes e a alguns metros do acidente que envolveu o ex-deputado estadual Fernando Ribas Carli Filho, em 7 de maio de 2009, no bairro do Mossunguê, em Curitiba, que resultou em duas mortes. O documento foi enviado pelo motorista do veículo, um Gol, na última segunda-feira, a Gilmar Yared, pai de Gilmar Rafael Yared, uma das vítimas do acidente. Yared divulgou o material na última terça-feira, afirmando que ele colocaria em xeque as alegações da Consilux, que operava os radares na época, segundo os quais os equipamentos teriam falhado, e por isso não teriam registrado imagens do veículo dirigido por Carli Filho, nem do acidente.

“Com base em dados repassados pela empresa Consilux, a Prefeitura de Curitiba confirma que foi emitido um auto de infração na Rua Ivo Zanlorenzi, à 0h50 do dia 7 de maio de 2009, para um

automóvel VVW GOL L0. O radar que registrou a infração estava localizado na altura do número 940 da Rua Ivo Zanlorenzi, próximo ao Rio Barigui”, disse a prefeitura, em nota.

O motorista do Gol disse que não divulgou antes a multa por temor de represálias. Ele teria decidido encaminhar o documento à família depois que na semana passada, o Supremo Tribunal Federal decidiu adiar o julgamento do ex-deputado, marcado para esse mês.

Yared disse ter encaminhado o documento ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público, para que seja investigado.

Quando o acidente ocorreu e o caso veio à tona, a Consilux alegou que o carro do ex-deputado não foi detectado por nenhum dos sete radares, do possível trajeto entre o restaurante no Bairro Bigorrião, onde ele jantou, até o local do

“Se na ocasião a empresa que operava os radares eventualmente sonegou informações para a Justiça, será questionada em outro processo”.

do advogado da família Yared, Elias Mattar Assad

acidente, na Avenida Monseñor Ivo Zanlorenzi, no Bairro Mossunguê. Essa informação foi confirmada ainda por um engenheiro especializado em acidentologia, Walter Kaufmann, contratado pela família de Gilmar Rafael Yared. A análise foi baseada no relatório de todos os radares enviados pela Consilux.

Ontem, a Consilux alegou que não poderia dar qualquer informação sobre o assunto, porque o contrato de concessão dos radares firmado entre a empresa e a prefeitura, entre 2005 e 2009, teria uma cláusula de confidencialidade e sigilo. Além disso, como o contrato terminou, a empresa alega não ter mais registros desses equipamentos.

CONTINUA

21 JAN 2016

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

Júri - Advogado da família Yared, Elias Mattar Assad afirmou que o documento em nada interfere no processo pelo qual Carli Filho deve ser julgado por júri popular por duplo homicídio doloso eventual. Segundo ele, a multa deve servir apenas para que o Gaeco inclua a informação e a investigue em outro inquérito policial que tratou especificamente dos assuntos ligados a uma possível fraude processual. "O Processo do júri tem todas as provas necessárias para a comprovação da denúncia no que se refere a imputação de duplo homicídio doloso eventual. Entre todas as provas arrecadadas no processo do júri nenhuma testemunha presencial afirma a existência de um segundo veículo ou 'racha'", explicou.

"Quanto a essa multa, se na ocasião a empresa que operava os radares de Curitiba eventualmente sonegou informações para a Justiça, será questionada em outro processo sem ligação com o que pende de julgamento pelo tribunal do júri", considera o advogado.